

Silva Mendes

SOCIALISMO
LIBERTÁRIO
OU
ANARCHISMO

HISTÓRIA E DOUTRINA

[edição *fac-símile*]

LETRA LIVRE

Ninguém se deslustra com ser anarquista: são-no algumas das maiores individualidades da actualidade: H. Spencer, Kropotkine, Elisée Reclus, Tolstoi, Ibsen, isto é, o maior sociólogo, o maior apóstolo da liberdade, o maior geógrafo, o maior cristão, o maior dramaturgo!!! De maneira que: ou o anarquismo é uma utopia formidável ou uma fatalidade social. Mas que têm de comum estes espíritos mais insignes do século com Pini, Caserio ou Ravachol? - A resposta dava uma dissertação.

(...)

A entidade Estado saiu das lutas entre os grupos primordiais para a consecução do poder económico. Depois que alguns grupos adquiriram dominação sobre outros e foi estabelecida interiormente a divisão da população em castas ou classes, tornou-se necessário, para assegurar as vantagens obtidas, organizar um poder político coercitivo. Depois que a sociedade se achou dividida em chefes, aristocratas e escravos, apareceram as primeiras leis ou códigos para delimitar a esfera dos direitos e deveres. Não foram os primitivos Estados constituídos por uniões voluntárias e livres; os primeiros movimentos dos grupos primordiais, como escreve L. Gumplowicz, deram em resultado *uniões forçadas*, que formaram as primeiras organizações de dominação de uns grupos sobre outros grupos ou - Estados. O Estado nas primeiras fases do desenvolvimento social, no estágio de tribo, de cidade, etc., foi uma agregação forçada, crua; mas, depois que adquiriu certo grau de coesão e estabilidade, tornou-se um todo sólido e, em relação às outras unidades sociais, um grupo secundário, na mesma posição que antes cada grupo primordial para com os outros grupos primordiais. Daí, o considerar cada Estado todos os outros como objectos da sua concupiscência, cuja sujeição se lhe antolhava como um modo cómodo de auferir certas vantagens e comodidades; daí, a luta entre Estados e o aumento e enriquecimento do vencedor com novas uniões.¹

¹ Vide L. Gumplowicz, *Un programme de sociologie*, p. 76 e seg., nos *Annales de L'Institut International de Sociologie*, de 1894.

Este processo de formação dos Estados é corroborado pelas mais recentes investigações sociológicas e admitido pelos sociologistas mais insignes. Embora Morgan, na sua obra notabilíssima - *Ancient Society*, - nos dê conta de diferentes populações que, enquanto tiveram por base da sua organização a constituição gentílica, viveram sem Estado, nem organização coercitiva²; embora H. Spencer cite também populações "que não foram agressivas e que, por causas especiais, não estiveram expostas a nenhuma agressão, sendo a veracidade, a honestidade, a justiça e a generosidade tão bem praticadas, que bastava que a opinião pública pudesse de tempos a tempos exprimir-se numa assembleia de anciãos convocada em intervalos irregulares³"; embora, de acordo com estes ilustres publicistas, Elisée Reclus afirme que diversas populações viveram e ainda hoje vivem sem leis, nem governo, nem organização coercitiva⁴; - o facto geral é que os primeiros movimentos sociais foram por toda a parte agressivos e com fins dominadores.

Esta verdade é perfilhada pelos publicistas mais notáveis e, em especial, por Herbert Spencer, cujo sistema social, com a sua ideia materialista do governo, a sua opinião sobre o carácter perturbador do Estado e o seu nihilismo administrativo, contém, na frase de Adolfo Posada, uma verdadeira sugestão do anarquismo doutrinal.⁵ "Seja verdade ou não, escreve H. Spencer, que o homem se componha de iniquidades e tenha sido concebido no pecado, é incontestável que o governo nasceu da agressão e por ela foi organizado".⁶ E, como H. Spencer, afirma o ilustre criminalista da escola antropológica, Enrico Ferri, que o Estado "saiu das lutas das classes sociais em cada grupo humano e da luta dos grupos étnicos entre si para conquistarem o poder económico". O Estado em todas as suas formas embrionárias

² Vide Morgan, *Ancient society*; ou um resumo desta obra por Fr. Engels, com o título de *L'origine de la famille, de la propriété et de L'Etat*, tad. por H. Ravé.

³ Vide H. Spencer, *L'individu contre l'Etat*, p. 65.

⁴ Vide Elisée Reclus, *L'anarchie*, conferência public. nos n.ºs 3, 4 e 5 de *Les Temps Nouveaux*, de 1895.

⁵ Vide Adolfo Posada, *La sociologie et l'anarchisme*, pp. 329-350, nos *Annales* cit., de 1894.

⁶ Vide Herbert Spencer, *La justice*, cit., por A. Posada.

ou desenvolvidas, acrescenta ele, tem sido "o *braço secular* da classe que detém o poder económico e, com ele, o poder legislativo, judicial e administrativo".⁷

As reuniões dos grupos que vieram a constituir as grandes aglomerações sociais, operaram-se, diz Tolstoi, não porque os homens tivessem consciência da superioridade das novas formas estruturais, mas por causa do aumento das populações e por efeito das lutas e das conquistas. A constituição de um poder governamental, embora aparentemente necessário para fazer desaparecer as violências interiores, deu em resultado introduzir na vida dos homens violências desconhecidas, tanto mais desastrosas, quanto mais longa se foi tornando a duração e mais crescida a força do Poder. Apesar dos esforços incessantes daqueles que o detêm para ocultar a sua verdadeira significação, resulta do mais ligeiro exame das instituições coercitivas, que a base de todo o poder é a violência física e a opressão. O homem, submetido à acção do poder, não procede segundo a sua espontaneidade, mas obedece maquinalmente a uma vontade alheia, despindo a sua iniciativa individual, a sua autonomia e, portanto, a sua dignidade. O Estado foi historicamente engendrado pela violência e por meio dela vive; pois, sem a exaltação de si mesmo e a humilhação de outrem, sem a hipocrisia e a fraude, sem as prisões e as fortalezas, sem as execuções e os assassinatos, nenhum poder nasce e se mantém.⁸ O Estado não é a sociedade, como disse Bakounine; mas uma forma histórica, brutal e abstracta, nascida em toda a parte da aliança da violência, da rapina, da guerra e da conquista com os deuses criados pela fantasia teológica das nações.⁹

Não carecemos de insistir mais neste ponto; todas as investigações sociológicas mais recentes confirmam a doutrina que deixamos expendida, apoiando brilhantemente a tese marxista (...); isto é, que a constituição política procede da constituição económica. "Quando observamos as sociedades humanas,

⁷ Vide Enrico Ferri, *Sociologie et socialisme*, p. 166, nos *Annales* cit., de 1894.

⁸ Vide L. Tolstoi, *Le salut est en vous*, cap. VII, pp. 181, 201 e 254.

⁹ Vide M. Bakounine, *Oeuvres, Dieu et l'Etat*, pp. 287 e 288.

diz P. Kropotkine, nos seus traços essenciais, abstraindo das manifestações secundárias e temporárias, reconhecemos que o regime político, a que estão submetidas, é sempre a expressão do regime económico que existe no seio da sociedade. A organização política não muda à vontade dos legisladores; pode certamente mudar de nome, pode apresentar-se hoje sob a forma monárquica e amanhã sob a forma republicana, mas não sofre modificação equivalente: acomoda-se, ajeita-se ao regime económico, cuja expressão sempre é, como também a sua consagração e conservação".¹⁰ Ou, como diz G. de Greef, "uma sociedade economicamente igualitária sê-lo-á também inevitavelmente no resto; isto é, sob o ponto de vista da constituição da família, das funções artísticas, científicas e morais, da concepção e da realização do direito e, acima de tudo, do regime político".¹¹

Os mais notáveis publicistas anarquistas, embora confessem que é impossível traçar antecipadamente o quadro da sociedade futura, indicam pelo menos uns traços gerais que lhes parecem derivar da sociedade actual para terem realização no futuro. Respigando aqui e além nos seus escritos, achamos acordo nas seguintes afirmações.

O anarquismo, admitindo a fatalidade histórica da socialização futura da propriedade, reconhece que tal facto se operará somente, quando a concentração dos meios de produção e a organização solidária do trabalho estiverem realizadas; que o resultado político imediato deste facto revolucionário será a autonomia dos centros produtores, os quais, chamando as classes improdutivas ao trabalho comum, cuidarão de regular o funcionamento dos grupos, no que respeita à produção, à troca e ao consumo. Os publicistas anarquistas pensam que os grupos independentes se não deixarão dirigir por representantes da nação, como querem os colectivistas; mas, sim, que eles mesmos regulem e administrem a sua vida interior e exterior; e isto julgam-no possível, porque a divisão do trabalho há-de

¹⁰ Vide P. Kropotkine, *Paroles d'un révolté*, pp. 169 e seg.

¹¹ Vide G. de Greef, *Le transformisme social*, pp. 313 e seg.

subir a tal grau, a especialização das funções irá tão longe, que não poderão, como já o reconheceu Proudhon, ser demasiado vastas as organizações libertárias.

Verdade seja, e isto é evidente, que, não sendo assaz abundantes todos os produtos, será preciso estabelecer as bases do gozo em comum. Kropotkine, propondo esta questão, responde que não há dois modos de a resolver acertadamente: o único sistema prático é o que adoptam as comunas agrárias da Europa: utilizar-se cada qual à sua vontade dos produtos abundantes, e haver, nos que o não forem, partilha, conforme as necessidades individuais. É o sistema que praticam toda a Suíça e muitas comunas francesas, alemãs, etc.; dos 350 milhões de habitantes europeus, 200 milhões seguem actualmente esta prática, inteiramente natural.¹² De resto, é preciso não esquecer que a produção terá por fim directo a satisfação das necessidades, conforme o grau da sua urgência e não o interesse, como actualmente no regime capitalista. E este ponto de vista da economia é muito importante, porque, além de tornar possível um certo bem estar geral, evitará, até certo ponto, a luta pela posse dos produtos raros.

Com estas ideias concorda Malato, dizendo que "a forma social, antes e depois da tormenta, não poderá ser a mesma por toda a parte, pois que é preciso ter em conta as diferenças de raças, costumes, carácter, instituições, desenvolvimento industrial e agrícola, que oporão, segundo as regiões, ao ímpeto socialista resistências mais ou menos consideráveis. Onde superabundar a produção, não haverá necessidade de regulamentar o seu uso: consumir-se-á livremente - não por espírito de sistema, mas por hábito: será o comunismo anarquista; pelo contrário, nos países menos providos, a repartição *pro rata*, em proporção das necessidades, impôr-se-á: será o colectivismo. O regime económico variará evidentemente entre estes dois termos"¹³.

Geralmente, predomina a ideia de que, emancipados revolucionariamente os trabalhadores do jugo do Capital e do Poder, se deve deixar às associações, em

¹² Vide P. Kropotkine, *La conquête du pain*, p. 79.

¹³ Vide Charles Malato, *Révolution chrétienne et révolution sociale*.

que se constituírem, liberdade plena de contratarem o pacto que melhor agrade aos seus membros, sendo certo que as modalidades se imporão necessariamente por causa das diferenças de países para países.

A sociedade será, portanto, livre pela associação federativa e espontânea dos homens para a vida, sobre a base das comunidade da terra e de todos os instrumentos de trabalho; quer dizer: a Anarquia será a igualdade pela abolição da propriedade privada e a liberdade pela abolição de todos os governos.

Tal a doutrina e tais as aspirações da corrente socialista comunista anarquista científica dominante.